



**MINISTERIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
DECEX - DESMII  
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS  
(E.A.O/1919)**

**CESSÃO DE USO Nº 02/2022**

PROCESSO Nº 64495.008709/2022-35

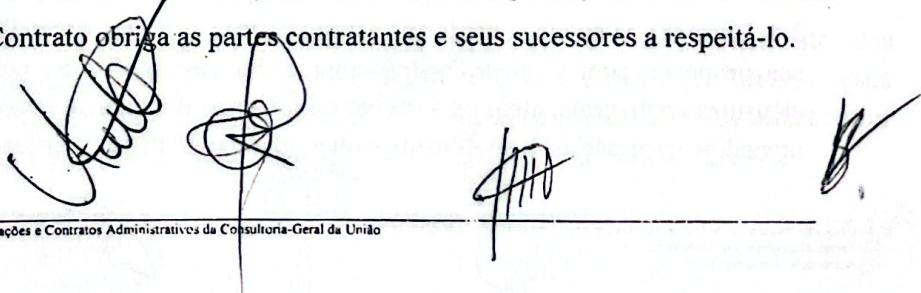
**CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA DE IMÓVEL  
PARA PRESTAÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO -  
BARBEARIA DE OFICIAIS, SUBTENENTES E  
SARGENTOS - QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS E  
O Sr ANTENOR ROBSON DE OLIVEIRA**

A União por intermédio da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, com sede na Avenida Duque de Caxias Nr 2.071 no bairro de Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o Nr 09.650.285/0001-80, neste ato representado pelo o Tenente-Coronel Renato Fiandrini, nomeado pela Portaria nº 2 de 20 de dezembro de 2019, publicada no D.O.U. nº 1 de 2 de janeiro de 2020, inscrito no CPF nº [REDAZIDO] portador da Carteira de Identidade nº 020473184-8 MD/Ex, doravante denominada CEDENTE, e o Sr ANTENOR ROBSON DE OLIVEIRA GUEDES inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [REDAZIDO] residente na Rua Izidoro Machado, nº 90, Bela Vista, Nova Iguaçu - RJ, doravante designado CESSIONÁRIO, tendo em vista o que consta no Processo nº 64495.004260/2020-74 do Pregão Eletrônico nº 05/2022 e em observância às disposições da Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991 e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. Este Termo de contrato tem como objeto a cessão de uso onerosa de fração do imóvel sob jurisdição do Exército Brasileiro, por meio do Comando da EsAO, com área de 43,40 m², situado na Av. Duque de Caxias, 2071, Deodoro, para exploração de atividade de apoio de barbearia de oficiais, subtenentes e sargentos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

1.2. O presente Contrato obriga as partes contratantes e seus sucessores a respeitá-lo.

  
Comissão Permanente de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União  
Termo de Contrato - Locação de Imóveis  
Atualização: Fevereiro/2019

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADE DA CEDENTE**

### **2.1. A Cedente obriga-se a:**

- 2.1.1. ceder a mencionada área do imóvel à(o) CESSIONÁRIA(O);
- 2.1.2. permitir o acesso dos empregados da(o) CESSIONÁRIA(O) às suas dependências, para o exercício de suas atividades laborais;
- 2.1.3. facilitar a atuação das autoridades fazendárias, sanitárias ou trabalhistas que venham a fiscalizar as obrigações legais da(o) CESSIONÁRIA(O);
- 2.1.4. tomar providências para o fiel cumprimento dos dispositivos constantes deste Termo, obedecendo à legislação sobre a Administração do Patrimônio da União Federal sob a jurisdição do Comando da Aeronáutica, conforme consta da NSCA 87-1, de 29 de abril de 2011;
- 2.1.5. realizar vistoria, antes da ocupação do imóvel pela CESSIONÁRIA, por meio do Esquadrão de Infraestrutura da CEDENTE, observando o estado geral das instalações e das benfeitorias preexistentes, reduzindo-a a termo assinado pelo responsável pela vistoria e pela CESSIONÁRIA;
- 2.1.6. orientar, supervisionar e controlar a FISCALIZAÇÃO.
- 2.1.7. certificar-se, junto à Seção de Finanças da CEDENTE, do recolhimento do ônus mensal.
- 2.1.8. manter arquivado, no processo de cessão de uso, toda a correspondência trocada entre as partes.
- 2.1.9. realizar vistoria, trinta dias antes do término da vigência contratual, por solicitação da FISCALIZAÇÃO, no imóvel a ser desocupado pela CESSIONÁRIA, por meio do Esquadrão de Infraestrutura da CEDENTE, observando o estado geral da instalação, reduzindo-a a termo assinado pelo responsável pela vistoria e pela CESSIONÁRIA.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CESSIONÁRIA**

### **3.1. A Cessionária obriga-se a:**

- 3.2. A cobrar o valor máximo de R\$ 23,00 (vinte e três) reais para o corte a máquina, conforme o resultado do PE 05/2022, durante a vigência do contrato, podendo ser reajustado após o período de 01 (um) ano;
- 3.3. Pagar a retribuição pecuniária relativa ao uso do imóvel, além dos demais encargos e dos valores devidos pela participação proporcional da cessionária no rateio das despesas com manutenção, conservação e vigilância do prédio;
- 3.4. Executar os serviços conforme especificações descritas neste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínima especificadas;

- 3.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 3.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o Cessionário autorizado a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Cedente, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 3.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 3.8. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso;
- 3.9. Apresentar à cedente, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 3.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à cedente;
- 3.11. Atender as solicitações da cedente quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 3.12. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 3.13. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Cessionária relatar à cedente toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 3.14. Relatar à cedente toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 3.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 3.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 3.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do Art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 3.19. Não usar o nome do Comando do Exército para aquisição de mercadorias ou bens, assim como para contratar funcionários ou serviços;
- 3.20. Cumprir as disposições dos regulamentos militares em área sob administração da OM cedente;
- 3.21. Cumprir o horário de funcionamento estabelecido pela CEDENTE, no intuito de preservar a sua segurança;
- 3.22. Instruir os seus funcionários quanto às necessidades de acatar as orientações do preposto, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança da medicina do Trabalho e responsabilizar-se pelo cumprimento;
- 3.23. Responsabilizar-se pela limpeza, manutenção e conservação das áreas disponibilizadas por esta Organização Militar, bem como, findo o contrato, pela devolução das mesmas nas condições em que foram recebidas (em igual estado de conservação, salvo os desgastes naturais pelo uso normal);
- 3.24. Utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, bem como devidamente uniformizados e identificados por uso de crachás, com fotografia recente, munidos de equipamentos necessários, ao desempenho eficiente dos serviços, de conformidade com as normas e determinação em vigor;
- 3.25. Não divulgar ou comercializar ao público externo ou em qualquer tipo de mídia, informações, fotos ou filmes que vier a ter acesso ou tiver produzido, decorrente de seu trabalho, sem o consentimento por escrito das pessoas envolvidas;
- 3.26. Cumprir o previsto nas seções I e II, capítulo IX, da Portaria nº 1.424 Cmt Ex, de 8 de outubro de 2015 – Regulamento de Uniforme do Exército – RUE, no que tange às normas estabelecidas para corte de cabelo;
- 3.27. Não transferir o presente contrato, nem ceder ou sublocar, no todo ou em parte, o imóvel objeto da cessão;
- 3.28. Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos materiais originários da contratação (exemplo: lâminas descartáveis e outros), recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.
- 3.29. Não deverá fazer uso de propaganda de qualquer natureza sob a forma de cartazes, adesivos e similares nas paredes externas e internas e portas em geral, como também, a venda rifas, cursos, congressos, seminários e jornadas (matrículas e inscrições) e o uso de rádios e músicas que atrapalhem os ambientes de trabalho;
- 3.30. Deverá sempre impecavelmente limpos as instalações e equipamentos de todo o espaço físico concedido para exploração dos serviços de Barbearia;
- 3.31. Não divulgar, sem a devida autorização nenhum documento envolvendo militares ou atividades militares;
- 3.32. Escovas e pentes devem ser limpos após o atendimento a cada cliente;
- 3.33. Cadeiras, armários, travesseiros e almofadas devem ser revestidos de material

impermeável, resistente, de fácil limpeza e desinfecção, mantidos em bom estado de conservação e higiene;

3.34. Materiais perfuro cortantes devem ser descartados de acordo com a legislação pertinente referente ao seu descarte;

3.35. Todos os produtos devem estar dentro do prazo de validade;

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO**

4.1. As benfeitorias necessárias introduzidas pelo CESSIONÁRIO, ainda que não autorizadas pela CEDENTE, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o artigo 578 do Código Civil.

4.2. As benfeitorias necessárias introduzidas pelo CESSIONÁRIO, ainda que não autorizadas pelo CEDENTE, serão indenizáveis mediante desconto mensal no aluguel ou retenção, na forma do art. 35 da Lei nº 8.245/91.

4.3. As benfeitorias necessárias introduzidas pelo CESSIONÁRIO, ainda que não autorizadas pelo CEDENTE, serão indenizáveis mediante desconto mensal no aluguel ou retenção, na forma do art. 35 da Lei nº 8.245/91.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO ALUGUEL**

5.1. O valor mensal da cessão de uso será de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

5.2. O valor da cessão de uso nos meses de Dezembro e Janeiro será de R\$ 300,00 (trezentos reais), perfazendo um total para 12 (doze) meses de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).

5.3. Os valores de energia elétrica serão cobrados de acordo com o consumo mensal apurado pelo Fiscal de Contrato.

5.4. O acerto desta proporção se dará na primeira parcela vencível da despesa após a data de entrega das chaves, pagando CEDENTE e CESSIONARIO suas respectivas partes da parcela. Caso a CESSIONÁRIA a pague na integralidade, a parte de responsabilidade da CEDENTE será abatida no valor do aluguel do mês subsequente. A mesma proporção também será observada no encerramento do contrato, promovendo-se o acerto preferencialmente no pagamento do último aluguel.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento da cessão de uso será efetuado mensalmente até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, desde que o recibo locatício, ou documento de cobrança correspondente, tenha sido apresentado pela CEDENTE com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

6.2. Caso a antecedência mínima não seja observada, o pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias da data da apresentação do recibo ou documento de cobrança correspondente pela CEDENTE.

6.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação do documento de cobrança, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

6.4. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, do documento de cobrança apresentado pela CEDENTE.

6.5. Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou dos documentos pertinentes à cessão de uso, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CEDENTE providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CESSIONÁRIA.

6.6. Antes do pagamento, a CEDENTE verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da CESSIONÁRIA no SICAF e/ou nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal federal, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

6.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CEDENTE, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

6.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.9. A CESSIONÁRIA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CEDENTE, que porventura não tenha sido acordada neste Termo de Contrato.

6.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CEDENTE não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CESSIONÁRIA, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100) \quad I = 0,00016438$$

$$365 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

7.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de 08/08/2022 e encerramento em 07/08/2023, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.245, de 1991, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos, totalizando o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

7.2. Os efeitos financeiros da contratação só terão início a partir da data da entrega das chaves, mediante Termo, precedido de vistoria do imóvel.

7.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo. Toda prorrogação será precedida de comprovação da vantajosidade da medida para a Administração e certificação de compatibilidade do valor do aluguel com o de mercado.

7.4. Caso não tenha interesse na prorrogação, a CEDENTE deverá enviar comunicação escrita à CESSIONÁRIA, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA EM CASO DE ALIENAÇÃO**

8.1. Este contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8º da Lei nº 8.245, de 1991.

**9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

9.1. Será admitido o reajuste do valor locatício mensal, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do (Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M), ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

9.2. O reajuste, será formalizado por apostilamento, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência ou alteração contratual.

9.3. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, a CEDENTE aceita negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação no município em que se situa o imóvel.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

10.1. A fiscalização do presente Termo de Contrato será exercida por um representante da CEDENTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.

10.2. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

10.4. A CESSIONÁRIA poderá indicar um representante para representá-lo na execução do contrato.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados neste instrumento, sujeitará a CESSIONÁRIA, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

12.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

12.1.2. Multa:

17.1.1.1. 1,0% (um por cento) até 2,0% (dois por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.1.1.2. 2,0% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.1.1.3. 2,0% (dois décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.1.1.4. 1,0% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, do Termo de Referência.

17.1.1.5. 1,0% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco)

dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.1.1.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.1.2.1. Suspensão de licitar e impedimento de contratar, pelo prazo de até dois anos;

12.1.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CESSIONÁRIA ressarcir a CEDENTE pelos prejuízos causados;

12.1.2.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.1.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas acima, as empresas que, em razão do presente contrato:

12.1.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

12.1.3.2. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CEDENTE em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.1.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CEDENTE, observado o princípio da proporcionalidade.

12.1.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CEDENTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.1.7. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CEDENTE.

12.1.8. Nos casos de atrasos no pagamento da Cessão de Uso após o vencimento será acrescido de multa de 2% (dois por cento) e juros de 0,5% (meio por cento) ao mês sobre o valor do atrasado.

12.1.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. A CEDENTE poderá rescindir este Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta à CESSIONÁRIA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.2. A rescisão por descumprimento das cláusulas e obrigações contratuais acarretará a execução dos valores das multas e indenizações devidas à CEDENTE, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados, além das penalidades previstas neste instrumento.

13.3. Nas hipóteses de rescisão de que tratam os incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que ausente a culpa da CEDENTE, a CESSIONÁRIA a ressarcirá dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.4. Caso, por razões de interesse público, devidamente justificadas, nos termos do inciso XII do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993, a CESSIONÁRIA decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique a CEDENTE, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13.4.1. Nesta hipótese, caso não notifique tempestivamente a CEDENTE, e desde que esta não tenha incorrido em culpa, a CESSIONÁRIA ficará sujeita ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) aluguéis, segundo a proporção prevista no artigo 4º da Lei nº 8.245, de 1991, e no artigo 413 do Código Civil, considerando-se o prazo restante para o término da vigência do contrato.

13.5. Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoronamento, desapropriação, caso fortuito ou força maior, etc., a CESSIONÁRIA poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação, ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.

13.6. O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente à CEDENTE ou por via postal, com aviso de recebimento.

13.7. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.8. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

13.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Indenizações e multas;

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

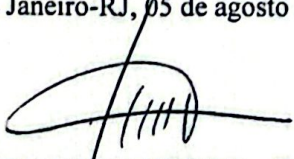
14.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas na Lei nº 8.245, de 1991, e na Lei 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

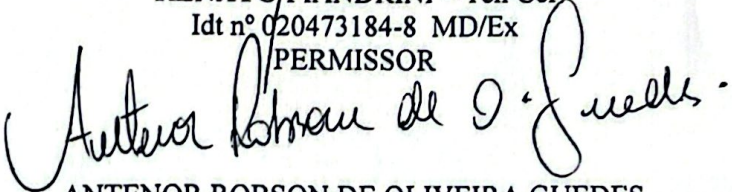
**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

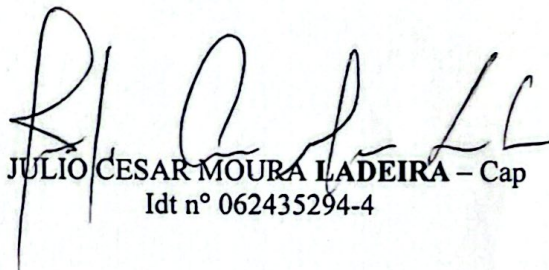
Rio de Janeiro-RJ, 05 de agosto de 2022.

  
**RENATO FIANDRINI – Ten Cel**  
Idt nº 020473184-8 MD/Ex  
PERMISSOR

  
**ANTENOR ROBSON DE OLIVEIRA GUEDES**  
Idt nº 08680774-0  
PERMISSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

  
**VINÍCIUS SEVERO BOTINO – Maj**  
Idt nº 010051065-0

  
**JULIO CESAR MOURA LADEIRA – Cap**  
Idt nº 062435294-4